



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NATALINO**

Com base na Lei nº 14.133/21 e regulamentos estaduais vigentes



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

1. DO OBJETO

- 1.1. Licitação na modalidade Pregão para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio alimentação natalino, de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência, sob a égide da Lei nº 14.133/2021.
- 1.2. Justificativa da contratação
- 1.3. Instrumentos de planejamento
- 1.4. Disponibilidade Orçamentária e Financeira
- 1.5. Classificação dos serviços da contratação

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. Definição do objeto
- 2.2. Disposições Gerais
- 2.3. Identificação dos itens, quantidades e unidades
- 2.4. Informações Complementares
- 2.5. Definição da natureza

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. Duração do contrato
- 3.2. Reajuste de preços
- 3.3. Garantia
- 3.4. Critérios e práticas de sustentabilidade
- 3.5. Possibilidade de subcontratação
- 3.6. Possibilidade de participação de Consórcio
- 3.7. Possibilidade de participação de Cooperativa
- 3.8. Reserva de cota de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual
- 3.9. Incidência do Programa de Integridade

4. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO

- 4.1. Qualificação Técnica
- 4.2. Qualificação Econômico-Financeira

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. Instrumentos necessários
- 5.2. Agentes que participarão da gestão do contrato
- 5.3. Rotinas de Fiscalização
- 5.4. Obrigações das partes
- 5.5. Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos
- 5.6. Critérios de medição por Acordo de Nível de Serviço
- 5.7. Recebimento provisório e definitivo do objeto
- 5.8. Pagamento
- 5.9. Termo de Encerramento do Contrato e Prestação de Contas
- 5.10. Boas Práticas

6. REMUNERAÇÃO DO OBJETO

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

10. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

11. APÊNDICES



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº: SEI-260002/003760/2025

Apresentação: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio alimentação natalino para os servidores ativos da UENF, na modalidade de licitação Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea 'a' e inciso XLI e do art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, dos Decretos Estaduais nº 48.778/2023, 48.816/2023 e 48.929/2024.

Órgão Contratante/Gerenciador: UENF

Prazo do Contrato: Até 30/04/2026

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio alimentação natalino.

Condições de Pagamento: Até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto

Regime de Execução do Objeto: Empreitada por preço global



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

1. DO OBJETO

1.1. Licitação na modalidade Pregão para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio alimentação natalino, de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência, sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

1.2. Justificativa da contratação

(inciso I, art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Trata-se de fornecimento de benefício de auxílio-alimentação natalino, por meio de vales alimentação, a serem utilizados pelos servidores ativos da UENF.

Considerando os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência e valorização do servidor público, a contratação de cartões natalinos do tipo vale-alimentação tem por objetivo promover o reconhecimento e a valorização dos servidores ativos da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), como forma de incentivo institucional e melhoria do clima organizacional.

A concessão deste benefício tem por finalidade agraciar os servidores ativos da UENF, com a aquisição de vales para compra de produtos de gênero alimentício tradicionalmente consumidos no Natal, como forma de premiação natalina, a fim de incentivar as atividades a serem desenvolvidas no próximo exercício. Ressaltamos ainda que tal concessão demonstra preocupação e zelo com os servidores que tanto fazem por esta instituição.

A concessão via cartão de vale alimentação natalino garante que os valores estão sendo devidamente utilizados para os fins nutricionais a que se destinam e com a disponibilidade de toda uma rede credenciada apta a atender seus usuários.

A medida visa proporcionar um benefício pontual, de caráter não remuneratório, a natureza do benefício é pontual e não incorporável à remuneração, não configurando vantagem de caráter permanente, a ser concedido no final do exercício, em período que tradicionalmente coincide com as festividades de final de ano, contribuindo para o bem-estar dos servidores e o fortalecimento do vínculo institucional. Outrossim, será concedido de forma uniforme, sem distinções entre cargos ou funções, respeitando os princípios da isonomia e da impessoalidade.

A distribuição dos cartões observará os limites orçamentários e financeiros disponíveis, estando condicionada à previsão legal e à autorização normativa específica, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa. Ressalta-se que a iniciativa segue práticas adotadas por outras instituições públicas e



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

privadas como forma de reconhecimento simbólico pelos serviços prestados ao longo do ano.

A escolha pelo formato de cartão alimentação se justifica por sua praticidade, aceitação ampla no comércio, e pela vinculação direta a uma finalidade de natureza alimentar, atendendo ao interesse público e evitando a caracterização de vantagem de natureza salarial.

Além disso, a contratação visa atender à economicidade e à transparência, por meio de processo licitatório adequado, garantindo a ampla concorrência e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.3. Instrumentos de planejamento

A presente contratação consta no Plano de Contratações Anual/RJ 2025, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 48.760/2023.

ID PCA no PNCP: 42498600000171-0-000030/2025

Data de publicação no PNCP: 01/08/2024

ID do item no PCA: 4879

1.4. Disponibilidade Orçamentária e Financeira

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024.
Natureza da Despesa: 339039-41
Fonte de Recursos: 1.500.100
Programa de Trabalho: 12.122.00002.2016

1.5. Classificação dos serviços da contratação

O serviço descrito neste TR possui natureza comum, por escopo, sem alocação de mão-de-obra, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no processo, por meio de especificações usuais de mercado, conforme Art. 6º, Inciso XIII e Art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. Definição do objeto

(inciso III, art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio alimentação natalino

2.2. Disposições Gerais

2.2.1. Para fins desta contratação, considera-se:

2.2.1.1. Órgão ou Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF

2.2.1.2. Pregão Eletrônico: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, ocorrendo a disputa à distância e em sessão pública, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições (SIGA);

2.2.1.3. Proposta detalhe: documento elaborado pelo licitante detentor da melhor proposta ou dos lances de menor valor, com a descrição de sua proposta detalhada, especificando os valores ofertados para os itens;

2.2.1.4. Instrumento de contrato: instrumento de formalização do acordo de vontades, previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/21;

2.2.1.5. Contratante: Órgão ou Entidade subscrita no instrumento contratual como responsável pela contratação, na forma do art. 6º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.1.6. Contratado: Licitante habilitado para firmar contrato com o Órgão ou Entidade contratante, na forma do art.6º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Identificação dos itens, quantidades e unidades

A modalidade do procedimento, conforme identificação padronizada do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições – SIGA, é apresentada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Quantidade Estimada

CÓDIGO DE DESPESA: 339039-41					
Item	ID PCA	ID SIGA	Especificações	Unidade de Fornecimento	Quant.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

001	4879	73978	FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTACAO, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECCAO, FORNECIMENTO E ADMINISTRACAO DE CARTAO ELETRONICO ALIMENTACAO Código do Item: 0506.003.0002 (ID - 73978)	Serviço	873
-----	------	-------	---	---------	-----

Nº de Beneficiários	Valor da gratificação natalina individual R\$	Valor total da gratificação natalina R\$	Taxa de administração máxima aceitável	Valor individual com a taxa máxima de administração R\$	Valor total máximo estimado R\$
873	2.000,00	1.746.000,00	0,25%	2.005,00	1.750.365,00

2.4. Informações Complementares

2.4.1. Somente serão beneficiados os servidores que estiverem ativos à época da devida distribuição do benefício.

2.4.2. A contratação de VALE ALIMENTAÇÃO não se baseia pela obtenção do menor valor dos serviços, mas sim, no alcance da **MAIOR TAXA DE DESCONTO**. Por essa razão, a prática de taxa de administração (ou de desconto, quando negativa) é utilizada como parâmetro de licitação e de posterior comprovação da vantajosidade.

2.4.3. Essa taxa é aplicada sobre o valor global oferecido como auxílio alimentação aos servidores pelos órgãos/entidades. Logo, quanto maior o desconto oferecido, mais vantajoso será o contrato para a Administração.

2.4.4. A taxa de administração será escolhida livremente pelo licitante devendo nela estarem incluídas todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, frete, seguro e insumos) necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação, o lucro pretendido, bem como possíveis custos e despesas com “reemissão” de cartões e o valor deverá ser expresso em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais.

2.4.5. O encerramento do contrato firmado entre a CONTRATADA e a UENF ocorrerá em 30 de abril de 2026, e o saldo remanescente (se houver) deverá ser entregue à CONTRATANTE, até 15 de abril de 2026.

2.4.6. Valor unitário do Benefício: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

2.4.7. Total de Beneficiários Estimado: 873 (oitocentos e setenta e três) servidores, incluindo 846 (oitocentos e quarenta e seis) estatutários, 15 (quinze) cedidos e 12 (doze) extra quadro.

2.4.8. Considerando o valor do benefício e beneficiários, a referida despesa passa a ser de:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

2.4.8.1. Valor da Taxa de Administração: É o resultado da multiplicação do percentual ofertado, sobre o valor do benefício de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), resultando no valor unitário máximo em reais da Taxa de Administração;

2.4.8.2. Valor Total: É igual ao Valor Unitário do Benefício R\$ 2.000,00 (dois mil reais) + (Taxa de Administração x Total de Beneficiários: 873 (oitocentos e setenta e três)), resultando no valor total do objeto.

2.4.9. Os valores podem variar conforme o número de beneficiários (novos servidores, novas nomeações, demissões ou exonerações e afastamentos por qualquer motivo) podendo sofrer alterações no montante fixado, o que será devidamente informado à empresa pela GRH/UENF.

2.4.10. Será encaminhado para a empresa a relação de servidores com o nome, matrícula, CPF e valor do crédito de cada servidor, assim como serão requisitados os créditos referentes ao auxílio alimentação natalino por meio eletrônico disponibilizado pela CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias corridos antes da recarga do crédito nos cartões magnéticos, especificando os valores devidos a cada servidor/usuário.

2.5. Definição da natureza

2.5.1. Condições gerais

O serviço descrito neste TR possui natureza comum, por escopo, sem alocação de mão-de-obra, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no processo, por meio de especificações usuais de mercado, conforme Art. 6º, Inciso XIII e Art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5.2. Condição de fornecimento do serviço

(inciso IV,'c' e 'd' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

O serviço será fornecido por meio de cartão magnético em PVC, com sistema de controle de saldo e senha de uso pessoal e intransferível, ou outro mecanismo de segurança de responsabilidade da CONTRATADA para validação das transações eletrônicas por meio de digitação em equipamento POS/PDV ou similar pelo usuário/servidor no ato da aquisição dos produtos de gênero alimentício nos estabelecimentos credenciados. A CONTRATADA poderá também disponibilizar cartão virtual com tecnologia de comunicação sem fio NFC.

A CONTRATADA deverá possuir rede de estabelecimentos credenciados e ativos para aceitação dos cartões no estado do Rio de Janeiro, conforme discriminado:

- a) Que tenha estabelecimentos conveniados na Região **Norte Fluminense**, Metropolitana do Rio de Janeiro, na Centro-Sul Fluminense, Baixadas Litorâneas, Noroeste Fluminense, Região Serrana, Médio Paraíba e Costa Verde, devendo constar entre eles pelo menos 1 (um) hipermercado e 6 (seis) supermercados de grande porte em cada região, nos termos da conceituação definida pela ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- b) A listagem de credenciados deverá conter a razão social, CNPJ, endereço e telefone dos estabelecimentos. Não cumprindo este requisito, a empresa será considerada inapta à contratação e consequentemente desclassificada.
- c) O fornecimento dos cartões dar-se-á conforme solicitação da Gerência de Recursos Humanos da UENF, a qual informará, em até 10 (dez) dias úteis antes da data do crédito, as respectivas quantidades e os valores a serem creditados em cada cartão magnético, observando os prazos constantes deste Termo.
- d) A emissão dos cartões e/ou das 2ª (segundas) vias não implicará em custos ou ônus para a CONTRATANTE e/ou para seus servidores beneficiários.
- e) Os cartões de alimentação natalinos devem ser entregues em envelopes lacrados, com manual básico de utilização.
- f) A remessa dos cartões deve ser entregue bloqueada e o desbloqueio deverá ser feito por meio da Central de Atendimento ou por via aplicativo da empresa CONTRATADA, pelo usuário, por questões de segurança.
- g) Nos cartões deverão constar o nome do servidor, o nome da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF e identificação sequencial, conforme disposto no art. 17 da Portaria 03 de 1º de março de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego.
- h) A CONTRATADA deverá disponibilizar serviços de atendimento ao cliente via telefone com discagem direta gratuita e também deverá ser disponibilizado via aplicativo para smartphone nos sistemas Android e IOS, operado através de senha, para os seguintes serviços:
 - Consulta de saldo do cartão magnético;
 - Consulta de rede afiliada;
 - Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano;
 - Solicitação de 2ª (segunda) via de cartão ou senha por meio de Central Telefônica ou ligação local.
 - O crédito efetuado nos cartões deverá permanecer disponível aos usuários até 31 de março de 2026, independente da frequência de uso do cartão, e os créditos acumulados de todos os cartões que por ventura existam, deverão ser apresentados à UENF, por meio de relatório consolidado, no primeiro dia útil posterior ao vencimento do crédito, pelo endereço eletrônico compras@uenf.br, com cópia para grh@uenf.br, e estornados para a CONTRATANTE mediante crédito na conta corrente do Banco Bradesco (cujos dados serão informados pelo setor responsável pela gestão contratual), em até 15 (quinze) dias corridos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- a) A empresa Contratada deverá atender, estritamente, as especificações constantes do Processo, em especial neste Termo de Referência, sendo, posteriormente, atestados pela comissão de fiscalização do contrato.
- b) Os cartões com chip deverão ser entregues na UENF - Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia, CEP 28013-602, Campos dos Goytacazes - RJ aos cuidados da Gerência de Recursos Humanos, devidamente bloqueados, no horário compreendido entre 09:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00, com as respectivas senhas, em envelope lacrado com o nome do funcionário na parte externa, sem custo de frete.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- c) A entrega de 2ª (segunda) via de cartões, quando necessário, será feita também no local indicado no item b.
- d) A entrega deverá ocorrer entre os dias 14/11/2025 e 21/11/2025, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, obedecido o horário de 09:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00 no endereço informado no item b, devendo a mesma ser previamente comunicada por meio do tel.: (22) 27397064 (GRH).

3.1. Duração do contrato

(inciso IV, 'b' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

O contrato terá início a partir da assinatura das partes e será encerrado em 30/04/2026, sendo que a devolução do saldo remanescente (se houver) pela Contratada, deverá ocorrer até o dia 15/04/2026.

3.2. Reajuste de preços

3.2.1. Repactuação

Não se aplica a esta contratação.

3.2.2. Reajuste em sentido estrito

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Garantia

(inciso V, 'a' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Garantia Contratual

Será exigida a garantia contratual de 2% sobre o valor global do contrato, dentre as modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que ficará sob a guarda e responsabilidade da Contratante.

Garantia Técnica

A Contratada deverá realizar a reposição gratuita dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação da ocorrência, efetuada por Fiscal indicado pela UENF ou pelo usuário final (beneficiário) e, conforme o caso, disponibilizá-lo no novo cartão a ser entregue ao usuário final (beneficiário), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da comunicação.

3.4. Critérios e práticas de sustentabilidade

A CONTRATADA deve atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

conformidade com o disposto no Decreto 48.816/2023 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, devendo também contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade socioambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com a Lei 14.133/2021.

Não se vislumbram significativos impactos ambientais negativos adicionais decorrentes da contratação.

A empresa Contratada deverá, na fabricação das aquisições decorrentes deste TR, seguir integralmente as normas e diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, disponibilizado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/>, e nas demais normas dos órgãos e entidades reguladores do tema.

A empresa Contratada deverá seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo, com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpelações das autoridades competentes.

A empresa Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

A empresa Contratada deverá adotar os parâmetros estabelecidos pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, naquilo que couber.

3.5. Possibilidade de subcontratação

(inciso VI, 'c' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

3.6. Possibilidade de participação de Consórcio

(inciso VI, 'b' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio, cuja previsão encontra-se estabelecida na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/21, c/c art. 17, VI, alínea "b", do Decreto nº 48.816/23.

As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Universidade por todos os atos praticados pelo consórcio.

Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo no edital da licitação.

3.7. Possibilidade de participação de Cooperativa

(inciso VI, 'd' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor, considerando a previsão do art. 9º, inciso I, alínea "a" da Lei nº 14.133/21.

3.8. Reserva de cota de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual

(inciso VI, 'e' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Esta licitação não será exclusivamente reservada à participação de micro e pequenas empresas – ME/EPP, por não atender ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006.

3.9. Incidência do Programa de Integridade

Não se aplica a esta contratação.

4. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO

4.1. Qualificação Técnica

Visando atender à demanda, é necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento vale alimentação:

A contratada deverá apresentar documentos que comprovem as qualificações jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e financeira conforme explicitadas no Termo de Referência.

Entende-se pertinente que o memorial descritivo contemple, dentre outros requisitos, os seguintes:

- a) Exigência de atestado de capacidade técnica. Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com objeto da licitação. A comprovação de aptidão deverá ser feita mediante a apresentação de atestado(s) firmado(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado ou com identificação do atestante, onde conste o desempenho da licitante.
- b) Apresentação de relação de empresas credenciadas como condição para



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

assinatura do contrato e em prazo razoável;

- c) Exigência de apresentação de garantia contratual.
- d) Emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009.

4.2. Qualificação Econômico-Financeira

A documentação relativa à qualificação econômica-financeira exigida conforme abaixo:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.
- b) Não será causa de inabilitação da Contratada a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

4.3. Habilitação Jurídica

Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b) registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
- d) inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/2002, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

4.4. Habilitação Fiscal e Trabalhista

Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, que será realizada da seguinte forma:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

c1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c1.1) O fornecedor poderá, em substituição à certidão mencionada na alínea c.1, apresentar as seguintes certidões conjuntamente, desde que tenham sido expedidas até o dia 2 de novembro de 2014 e estejam dentro do prazo de validade nelas indicados: Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o fornecedor, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c2.1) caso o fornecedor esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o fornecedor, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o fornecedor, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(inciso V, 'c' art. 17 Decreto nº 48.816/2023 c/c art. 17 a 19 do Decreto nº 48.817/2023)

5.1. Instrumentos necessários



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- a) Termo de ciência de designação - documento a ser juntado no processo principal da contratação, o qual conste expressa ciência dos respectivos agentes da designação para atuação como gestor e fiscal do contrato de prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio alimentação natalino para os servidores ativos da UENF, em consonância com o parágrafo único, art. 10, do Decreto 48.817/23;
- b) Ato de nomeação - publicação no Diário Oficial do Estado com a designação para atuação na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, em observância aos casos de dispensa legal de publicação de contrato, previsto no § 5º, art. 7º, do Decreto 48.817/23;
- c) Termo de Referência;
- d) Mapa de Riscos;
- e) Proposta da empresa – detalhamento da formação dos preços apresentada pela CONTRATADA;
- f) Documentos de Habilitação;
- g) Registro de Ocorrência - documento qual são anotados periodicamente todos os eventos relacionados à execução do contrato e, quando houver, deverá ser formalizado; e
- h) Instrumento de Contrato.

5.2. Agentes que participarão da gestão do contrato

Como definição da atuação dos agentes responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da gestão, em consonância com o estabelecido no Decreto nº 48.817/23, e de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução contratual deverá contar com:

5.2.1. Gestor do contrato - Servidor expressamente designado com experiência e capacidade técnica compatível com o objeto desta Contratação;

5.2.2. Fiscais do contrato:

5.2.2.1. Fiscais técnicos, com as atribuições definidas no art. 5º, inciso I, do Decreto nº 48.817/23, devendo ser detentores de conhecimentos técnicos inerentes ao objeto;

5.2.2.2. Fiscal setorial (não se aplica na presente contratação);

5.2.2.3. Fiscal administrativo, para atuação no recebimento e conferência de documentação.

Equipe de fiscalização do contrato:

Nome: Francisco de Oliveira Balbi Júnior
Cargo: Gerente de Recursos Humanos



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

ID Funcional: 6399991
Telefone: 22-27397064
E-mail: balbi@uenf.br

Nome: Etiene Marques Ambrosio Vazquez
Cargo: Chefe de Gabinete
ID Funcional: 640672-6
Telefone: 22-27397069
E-mail: etiene@uenf.br

Nome: Célia da Silva Caetano
Cargo: PNS - Análise de Planejamento
ID Funcional: 28819837
Telefone: 22-27397003
E-mail: c.caetano@uenf.br

5.3. Rotinas de Fiscalização

5.3.1. Cabe à Fiscalização Técnica: verificar o cumprimento das disposições contratuais nos aspectos técnicos. Os fiscais técnicos devem exercer um acompanhamento zeloso e diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a Contratada vem respeitando, nos aspectos técnicos, a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade.

5.3.2. Cabe à Fiscalização Setorial: acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos quando a prestação do objeto ocorrer simultaneamente em setores distintos ou em unidades desconcentradas (não é o caso desta contratação).

5.3.3. Cabe à Fiscalização Administrativa: acompanhar os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, e quanto ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

5.3.4. Compete ao Gestor do Contrato: gerenciar, planejar e acompanhar a atuação da Contratada, padronizando procedimentos de fiscalização e propiciando orientações de caráter preventivo.

5.4. Obrigações das partes

5.4.1. Obrigações do Contratante:

- a) Cumprir fielmente o objeto e condições constantes deste Termo de Referência a ser firmado entre as partes.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do contrato.
- c) Zelar pelo bom andamento da prestação do serviço, dirimindo dúvidas porventura existentes, por meio da Gerência de Recursos Humanos da UENF.
- d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma prevista neste termo de referência;
- e) Relacionar-se com a CONTRATADA por meio de servidor designado pela Gerência de Recursos Humanos da UENF, o qual acompanhará e fiscalizará a execução do serviço, anotando em registro próprio as falhas porventura detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras.
- f) A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da UENF, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA.

5.4.2. Obrigações da Contratada:

- a) Efetuar o fornecimento do objeto contratado, em quantidades, características, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- b) Manter todas as condições legais de habilitação durante o prazo de validade do crédito dos cartões.
- c) Responsabilizar-se integralmente pelo objeto nos termos da legislação vigente e os prazos constantes deste termo de referência.
- d) Executar fielmente o objeto deste termo, comunicando, em até 1 (um) dia útil e por escrito, ao representante legal da CONTRATANTE qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
- e) A CONTRATADA deverá possibilitar a inclusão/exclusão de beneficiários, alteração de cadastros, emissão de 2ª (segunda) via de cartões, emissão de listagens e relatórios diversos como extratos de créditos, datas, locais e valores de utilização do cartão, saldos do cartão entre outros relatórios, dentro do período de validade dos créditos dos cartões (31/03/2025), quando solicitado pela Gerência de Recursos Humanos da UENF
- f) O reembolso às empresas credenciadas será efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, independentemente da validade dos créditos dos cartões, ficando claro que a UENF não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

5.4.3. Obrigações do Órgão Gerenciador

Não se aplica a esta contratação.

5.5. Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos

A comunicação entre o Contratante, a Contratada e os agentes de execução contratual deverá seguir os canais oficiais, sempre mantendo atualizado o processo de Gestão de Fiscalização do contrato.

5.5.1. Comunicações do Contratante com os agentes da execução contratual: qualquer comunicação entre os representantes do Contratante e os agentes da execução



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

deverá ser feita via documentos no Processo Administrativo e/ou Execução, por meio de mensagens de correio eletrônico ou mesmo por reuniões presenciais.

5.5.2. Comunicações da Contratada com os agentes da execução contratual: as comunicações oficiais deverão ser efetuadas via mensagens de correio eletrônico ou reuniões presenciais.

5.5.3. Comunicações do Órgão Gerenciador com os agentes da execução contratual: não se aplica a esta contratação.

5.6. Critérios de medição por Acordo de Nível de Serviço

Não se aplica a esta contratação.

5.7. Recebimento provisório e definitivo do objeto

- a) Os cartões serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- b) Os cartões poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- c) O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos cartões e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- d) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- e) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- f) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- g) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

5.8. Pagamento

(inciso IV, 'f' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

O pagamento será realizado em parcela única, sendo o vencimento para 30 (trinta) dias após a referida aprovação da respectiva nota fiscal fatura.

Todos os impostos estão inclusos.

O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente mantida em instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, atualmente Banco BRADESCO S/A, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

No caso de verificado pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

Em casos excepcionais, o pagamento pode ser via boleto bancário, emitido a favor da CONTRATADA, sendo este com prazo de vencimento para 30 (trinta) dias após a entrega dos bens/serviços. Para a efetivação do pagamento, deverá haver autorização expressa da autoridade competente da CONTRATANTE, mediante informação da CONTRATADA de que não possui conta-corrente no Banco BRADESCO e de que não há a possibilidade de abrir conta nesta instituição bancária, documento este que será juntado ao referido processo administrativo.

A despesa estimada para essa contratação deverá ocorrer no exercício de 2024, conforme a dotação orçamentária descrita no item 1.4.1 deste Termo de Referência e a Declaração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira juntada ao processo SEI.

A CONTRATANTE reserva-se ao direito de reter os pagamentos pendentes, sem incidir em qualquer multa, caso seja constatada alguma irregularidade nesta contratação e de acordo com o estabelecido neste Instrumento, até que sejam sanados todos os problemas, desde que as falhas sejam devidamente comprovadas.

Sobre os valores não liquidados nas datas de seus vencimentos, desde que não sejam por motivos indicados no montante acima, incidirá a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, desde a data do vencimento, até a data do efetivo pagamento, mais juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados "pro rata die".

A Nota Fiscal a ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado previamente, bem como da Nota de Empenho, subsequentemente à efetiva entrega do equipamento e deverá ser entregue no órgão CONTRATANTE para atesto do material e posterior pagamento, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

5.9. Termo de Encerramento do Contrato e Prestação de Contas

Documento a ser elaborado oportunamente pelo Setor de Contratos da UENF - SETCONT, na forma do art. 23 do Decreto nº 48.817/2023.

5.10. Boas Práticas

Os agentes responsáveis pela gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato deverão, ao longo da vigência contratual, exercer um acompanhamento zeloso, tendo por finalidade verificar e exigir que a Contratada atue respeitando todos os aspectos técnicos, a legislação vigente e as normas técnicas, de modo a garantir um produto final com a qualidade compatível e desejada.

6. REMUNERAÇÃO DO OBJETO

A Contratada deverá providenciar o faturamento em parcela única, após a efetiva entrega do bem, o qual será fiscalizado e aprovado pela Equipe de Fiscalização, se for o caso, com o devido encaminhamento para pagamento.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

(inciso VI, 'a' e art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Será utilizado o instrumento de Licitação por Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI e do art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Estaduais nº 48.816/2023 e 48.778/2023.

O julgamento será com base no **menor preço global**, considerando o **menor percentual de taxa administrativa** (essa taxa poderá ser positiva, nula ou negativa), conforme o art. 8º do Decreto Estadual nº 48.778/2023 e a Lei Federal nº 14.133/2021, com modo de disputa aberto e fechado.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios constantes do Art. 60 da Lei 14.133/2021. Serão observados os critérios de julgamento conforme o Capítulo V da Lei 14.133/2021.

O regime de execução será o de empreitada por preço global.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou contratado estará sujeito às penalidades na forma dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Os procedimentos e dúvidas terão como diretrizes o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo os casos omissos resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, observando os princípios que norteiam o agir da Administração Pública.
- b) Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.
- c) Os casos omissos ou eventuais dúvidas serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização, a quem caberá deliberar sobre o assunto.

10. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

10.1. Equipe de Planejamento da Contratação:

Nome: Higor Lopes Neves Tinoco
Cargo: Gerente de Compras
ID Funcional: 5153405-3
Telefone: 22-27397123
E-mail: higor@uenf.br

Nome: Etienne Marques Ambrosio Vazquez
Cargo: Chefe de Gabinete
ID Funcional: 640672-6
Telefone: 22-27397069
E-mail: etiene@uenf.br

11. APÊNDICES

Não se aplica.